



Esta seção trata das primárias democratas nos Estados Unidos, da situação política e social na América Latina, de conflitos no Oriente Médio e do processo de mobilização na Índia.

Primárias democratas nos Estados Unidos

Após a realização das eleições primárias em quatro estados, Iowa, New Hampshire, Nevada e Carolina do Sul, para escolher o candidato do Partido Democrata que enfrentará o republicano Donald Trump em novembro, Bernie Sanders conquistou 58 delegados. Até Nevada, o segundo colocado era Peter Buttigieg, porém Joe Biden foi o vencedor na Carolina do Sul e voltou para o páreo, com um total de cinquenta delegados, e Buttigieg desistiu de participar.

Para obter a indicação da candidatura, são necessários 1.991 votos. Do conjunto de 3.980 votos dos delegados à convenção democrata no meio do ano, 771 são de “super delegados”, isto é, detentores de mais de um voto por serem dirigentes partidários ou parlamentares que representam a burocracia do partido e buscam garantir que o resultado não contrarie sua cúpula. Se nenhum candidato chegar à convenção do partido com os 1.991 votos, eles farão a diferença e já há indícios de que preferirão um candidato “moderado” em vez de Sanders.

A burocracia não é composta somente pela direção formal do Partido Democrata, mas também influenciada nos bastidores por certas famílias como os Clinton, a “sagrada família” Podesta e os Kennedy, estes últimos menos em comparação com o passado. Suas ligações com o sistema financeiro, a indústria armamentista, o sistema privado de saúde, o lobby israelense, entre outros, são profundas, conforme já se verificou quando Barack Obama, um

parlamentar negro e progressista, foi escolhido candidato em troca de fazer uma série de concessões para estes setores na hora de compor seu governo. Ele incluiu figuras como Hillary Clinton para secretária de Estado e Timothy Geithner para secretário do Tesouro, além da continuidade de Ben Bernanke na presidência do FED, o Banco Central. Assim, foi mantida a política neoliberal de Bill Clinton e a influência de “Wall Street”, bem como a incidência do lobby israelense sobre a política externa dos Estados Unidos.

A disputa interna entre Sanders e os demais candidatos está se transformando em uma definição entre um candidato abertamente social-democrata e outros considerados liberais moderados, que, na interpretação da mídia e da burocracia partidária, representam a única tendência política capaz de capturar os votos democratas liberais e dos republicanos descontentes com Trump, pois a retórica socialista de Bernie Sanders espantaria este setor do eleitorado. Alguns democratas chegam a chamá-lo de comunista. A rigor tudo isso é uma falácia, pois em 2016 Hillary Clinton teve quase três milhões de votos a mais do que Donald Trump e perdeu a eleição mesmo assim devido ao sistema de votos no colégio eleitoral, pois na maioria dos estados o vencedor leva todos os delegados e o republicano venceu em alguns estados cruciais por mínima diferença. Esta regra lhe concedeu os votos necessários no colégio.

Tradicionalmente, o eleitorado democrata tende a respeitar o resultado das primárias e, além disso, pesquisa recente mostrou que 26% dos que responderam consideraram Bernie Sanders o mais preparado para enfrentar Trump, contra 20% que opinaram a favor de Mike Bloomberg, um candidato que entrou atrasado na disputa das primárias. Sanders também tem a melhor proposta para reformar o sistema de saúde dos Estados Unidos, que é a maior preocupação dos eleitores democratas. Ele propõe criar um sistema público de atendimento universal com a cobrança de impostos dos mais ricos e proibir o funcionamento do sistema privado. Além disso, mais de 40% dos estadunidenses opinaram recentemente em outra pesquisa que uma política socialista não seria má para o país.

Dessa forma, embora esteja na dianteira, o candidato mais perigoso que Sanders enfrentará nas primárias poderá ser Mike Bloomberg, caso este supere Biden na próxima etapa das primárias. Ele é um ex-republicano que foi prefeito de Nova Iorque e autor da política de segurança “tolerância zero” conhecida internacionalmente. É um bilionário que está colocando muitos recursos próprios na campanha, provavelmente algo como um bilhão de dólares, e que ingressou na disputa tardiamente, apenas no dia 3 de março.

Mobilizações e repressões na América Latina

O quadro de mobilizações na América Latina prossegue no Chile e na Colômbia, embora no primeiro tenha sido convocado um plebiscito para o mês de abril para definir se a população quer ou não a instalação de um congresso para elaborar uma nova Constituição. No entanto, o mal estar popular continua, pois, os problemas que o motivaram prosseguem, e a possibilidade da elaboração de uma nova Constituição já vem cercada de inúmeras restrições quanto ao que os manifestantes reivindicavam, como, por exemplo, a instalação de uma Assembleia Constituinte e não um congresso e com paridade de gênero e representação de minorias.

Já na Colômbia prosseguem as paralisações e protestos periódicos sem que o governo tenha adotado medidas para dialogar e negociar as reivindicações populares. E, pior, o descumprimento das obriga-

ções governamentais quanto ao acordo de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) continua, assim como os assassinatos de dirigentes sindicais, ativistas sociais e ex-guerrilheiros.

A guerra híbrida dos EUA contra a Venezuela agora entrou na fase da tentativa de desmoralizar as forças armadas do país, que apoiam Nicolás Maduro, com acusações de envolvimento da cúpula militar com o tráfico de drogas ilícitas.

Na Bolívia está em andamento a campanha eleitoral, com eleições previstas para 3 de maio. O candidato do MAS-IPSP, Luis Arce, apesar das dificuldades de fazer campanha, está na dianteira, de acordo com as pesquisas, mesmo que imprecisas, enquanto a direita se dividiu entre várias candidaturas, estando Carlos Mesa em segundo lugar na disputa. Suas ambições são muitas e, por isso, várias candidaturas, mas eles apostam na unidade num eventual segundo turno.

Evo Morales, exilado na Argentina, teve sua candidatura ao Senado vetada pelas autoridades eleitorais, o que demonstra a dificuldade da campanha e levanta dúvidas sobre a viabilidade da eleição e, principalmente, da posse de Arce se ele vencer.

Por outro lado, acabou de ser divulgada uma avaliação de professores do MIT dos EUA que concluíram que, apesar da polêmica entre a contagem rápida e a contagem real ocorrida na eleição anulada do ano passado, não houve fraude e eram infundadas as acusações da oposição boliviana de direita e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Particularmente esta última tem muito o que explicar para não confirmar mais uma vez o que dizia Fidel Castro: que a OEA era o Departamento de Administração Colonial dos Estados Unidos.

Conflitos no Oriente Médio

A guerra civil na Síria pode tornar a adquirir uma dimensão internacional, quando o governo do país se movimenta para retomar o controle da cidade e região de Idlib, na fronteira norte com a Turquia. Ocorre que esta última apoia diretamente as forças rebeldes que ocupam essa região, pois pretende utilizá-la para devolver os quase três milhões de refugiados sírios que hoje estão em território turco e

assim também colocar uma cunha entre os curdos da Turquia e da Síria. Desta forma, há presença relevante de forças armadas turcas em território sírio e que estão sendo afetadas pelos bombardeios da aviação russa que apoia o governo sírio.

Um problema relevante é que isso pode transbordar em conflito aberto entre Rússia e Turquia e, conseqüentemente, arrastar oficialmente a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) em apoio a esta última, que é filiada à organização, pois um de seus princípios mais importantes é auxiliar um membro se for atacado.

Por outro lado, no Líbano prosseguem as mobilizações populares que levaram à renúncia do primeiro-ministro Saad Hariri. Levou quase três meses para que fosse substituído por outro membro da comunidade sunita, Hassan Diab. (Há um acordo político no Líbano desde os anos 1950, segundo o qual o primeiro-ministro será um sunita, o presidente um cristão maronita e o presidente do parlamento um xiita).

Entretanto, as mobilizações iniciadas quando o governo quis cobrar uma tarifa pelas mensagens de

whatsapp prosseguem, pois o mal estar popular, o desemprego de quase 30%, queda na renda e a falta de perspectivas para os jovens também continuam.

Mobilizações na Índia

Continuam as mobilizações na Índia contra a lei que inclui a religião como elemento definidor da cidadania do país. Principalmente os muçulmanos, que são em torno de 20% da população indiana, temerosos que este critério seja utilizado para negar-lhes a nacionalidade. Aliam-se a eles os partidos de oposição a Narendra Modi, o atual primeiro-ministro conservador do partido BJP, que alega que foi o Parlamento indiano quem aprovou a lei e não ele, embora a considere absolutamente correta.

A manifestação mais recente provocou a morte de mais de trinta pessoas, pois a repressão é violenta e há também ações agressivas dos que apoiam a lei, principalmente militantes do BJP e outros da extrema-direita e que desde sempre foram favoráveis à expulsão dos muçulmanos da Índia.